

**WILLIAN DOUGLAS GUILHERME  
(ORGANIZADOR)**



**A EDUCAÇÃO COMO DIÁLOGO  
INTERCULTURAL E SUA RELAÇÃO  
COM AS POLÍTICAS PÚBLICAS**

**Atena**  
Editora

Ano 2020

**WILLIAN DOUGLAS GUILHERME**  
**(ORGANIZADOR)**



**A EDUCAÇÃO COMO DIÁLOGO  
INTERCULTURAL E SUA RELAÇÃO  
COM AS POLÍTICAS PÚBLICAS**

**Atena**  
Editora

**Ano 2020**

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

**Editora Chefe:** Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

**Diagramação:** Geraldo Alves

**Edição de Arte:** Lorena Prestes

**Revisão:** Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

### **Conselho Editorial**

#### **Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins  
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso  
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá  
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima  
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie di Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão  
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste  
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia  
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### **Ciências Agrárias e Multidisciplinar**

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano  
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná

Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia  
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará  
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

### **Ciências Biológicas e da Saúde**

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília  
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília  
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina  
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Fernando José Guedes da Silva Júnior – Universidade Federal do Piauí  
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco  
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá  
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

### **Ciências Exatas e da Terra e Engenharias**

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto  
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás  
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará  
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá  
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

### **Conselho Técnico Científico**

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo  
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza  
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba  
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão

Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico  
 Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia  
 Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais  
 Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar  
 Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos  
 Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
 Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo  
 Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará  
 Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco  
 Prof. Me. Douglas Santos Mezacas -Universidade Estadual de Goiás  
 Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil  
 Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita  
 Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora  
 Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas  
 Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo  
 Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária  
 Prof. Me. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná  
 Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia  
 Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College  
 Profª Ma. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho  
 Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay  
 Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco  
 Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
 Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
 Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará  
 Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ  
 Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás  
 Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados  
 Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual de Maringá  
 Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
 Prof. Me. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados  
 Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal  
 Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo  
 Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana  
 Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

E724 A educação como diálogo intercultural e sua relação com as políticas públicas [recurso eletrônico] / Organizador Willian Douglas Guilherme. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-86002-58-4

DOI 10.22533/at.ed.584201903

1. Educação e Estado – Brasil. 2. Educação – Aspectos sociais.  
3. Educação – Inclusão social. I. Guilherme, Willian Douglas.

CDD 370.710981

**Elaborado por Maurício Amormino Júnior | CRB6/2422**

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná - Brasil

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

contato@atenaeditora.com.br

## APRESENTAÇÃO

O e-book “A Educação como Diálogo Intercultural e sua Relação com as Políticas Públicas” reuni pesquisas entorno de um debate atualizado e propositivo sobre a educação no Brasil. Apresentamos um conjunto de resultados e propostas que visam contribuir com a educação brasileira a partir de um diálogo intercultural e suas relações com as políticas públicas em educação.

São 108 artigos divididos em 5 Volumes. No Volume 1, os artigos foram reunidos em torno de temáticas voltadas para Políticas Públicas, Gestão Institucional e História e Desafios Socioeducacionais, totalizando 20 textos inéditos.

No Volume 2, os temas selecionados foram Educação Superior e Formação de Professores. São 21 artigos que chamam para um diálogo propositivo e instigante. O índice é um convite a leitura.

Compõe o Volume 3, 25 artigos em torno das temáticas Prática Pedagógica, Educação Especial e Interdisciplinaridade. Este volume é bem crítico e traz propostas inovadoras que merecem atenção especial do leitor.

O Volume 4 traz 20 artigos bem estruturados e também inéditos que discorrem sobre práticas e propostas para a prática do uso das tecnologias em espaço escolar e da Educação de Jovens e Adultos.

Fechamos a obra com 22 artigos selecionados para o Volume 5, agrupados em torno das temáticas do Ensino Fundamental, da Educação Infantil e de Gênero e Racismo.

A obra “A Educação como Diálogo Intercultural e sua Relação com as Políticas Públicas” está completa e propõe um diálogo útil ao leitor, tanto no desenvolvimento de novas pesquisas quanto no intercâmbio científico entre pesquisadores, autores e leitores.

Boa leitura!

Willian Douglas Guilherme

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
A ABORDAGEM DO CICLO DE POLÍTICAS E SUAS CONTRIBUIÇÕES À ANÁLISE DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS	
Wellyngton Chaves Monteiro da Silva	
<b>DOI 10.22533/at.ed.5842019031</b>	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>8</b>
A LEI 11.645/2008 E O ENSINO DE HISTÓRIAS E CULTURAS INDÍGENAS NO ENSINO FUNDAMENTAL I NA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE, MINAS GERAIS, BRASIL	
Adriano Toledo Paiva	
<b>DOI 10.22533/at.ed.5842019032</b>	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>21</b>
AS PERSPECTIVAS SOBRE A EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL: OS ESTUDOS DESENVOLVIDOS SOBRE O SISTEMA DE SELEÇÃO UNIFICADA (SISU) NA REDE UNIVERSITÁRIA/BR	
Júlia da Silva Rigo Maria Cristina da Silveira Galan Fernandes	
<b>DOI 10.22533/at.ed.5842019033</b>	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>34</b>
AVALIAÇÃO EM LARGA ESCALA: PROVA BRASIL HISTÓRIA: CARACTERÍSTICAS E OBJETIVOS	
Arcielli Royer Nogueira Adrian Alvarez Estrada	
<b>DOI 10.22533/at.ed.5842019034</b>	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>46</b>
IMPLANTAÇÃO DO PNAIC EM SÃO PAULO: UM ESTUDO DE CASO	
Josi Carolina da Silva Leme Maria Iolanda Monteiro	
<b>DOI 10.22533/at.ed.5842019035</b>	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>54</b>
O “JEITINHO” PARA ACABAR COM A CORRUPÇÃO: #HONESTIDADE	
Expedita Estevão da Silva	
<b>DOI 10.22533/at.ed.5842019036</b>	
<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>67</b>
TRABALHO E EDUCAÇÃO DE JOVENS DO CAMPO NO MUNICÍPIO DE PALMEIRA/PR	
Liliane Pinheiro Patrícia Correia de Paula Marcoccia	
<b>DOI 10.22533/at.ed.5842019037</b>	

**CAPÍTULO 8 ..... 75**

**VIOLÊNCIA POLICIAL NA PERIFERIA: QUE CONTRAPONTO? - UM ESTUDO DE CASO ENTRE LISBOA E O RIO DE JANEIRO**

Elisabete Eugénia Pinto dos Santos Pessanha Rodrigues

**DOI 10.22533/at.ed.5842019038**

**GESTÃO INSTITUCIONAL**

**CAPÍTULO 9 ..... 88**

**AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL COMO FERRAMENTA DE GESTÃO DOS PROCESSOS EDUCACIONAIS: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA**

Patrícia de Lemos Negreiros Tavares

Fernanda Nascimento Severo

Heraldo Simões Ferreira

Deborah Ximenes Torres Holanda

José de Siqueira Amorim Júnior

Maciel Nascimento de Araújo

Tobias Junior do Bomfim Ferreira

Raphaela Mota Feitosa Vasconcelos

**DOI 10.22533/at.ed.5842019039**

**CAPÍTULO 10 ..... 96**

**BULLYING E SEUS PRATICANTES: A PERCEPÇÃO DE PROFESSORES**

Telma Antunes Dantas Ferreira

Katarina Pereira dos Reis

Matheus Ramos da Cruz

Ulhiana Maria Arruda Medeiros

Pâmella Cristina Dias Xavier

José Antonio Vianna

**DOI 10.22533/at.ed.58420190310**

**CAPÍTULO 11 ..... 104**

**O COORDENADOR PEDAGÓGICO E SUAS PROPOSIÇÕES FORMATIVAS: REFLEXOS NO TRABALHO DOCENTE**

Victoria Mottim Gaio

Camila Macenhan

Jaqueline de Moraes Costa

Karine Ferreira Monteiro

**DOI 10.22533/at.ed.58420190311**

**CAPÍTULO 12 ..... 117**

**O ESPAÇO DO PROFESSOR REFLEXIVO E PESQUISADOR NA BNCC**

Wiusilene Rufino de Souza

Rosangela Duarte

Lucas Portilho Nicolleti

Ênia Maria Ferst

**DOI 10.22533/at.ed.58420190312**

**CAPÍTULO 13 ..... 128**

**PROJETOS DE EXTENSÃO: DA UNIVERSIDADE A COMUNIDADE**

Aline Fernanda Ventura Sávio Leite  
Joyce Mary Adam

**DOI 10.22533/at.ed.58420190313**

**HISTÓRIA E DESAFIOS SOCIOEDUCACIONAIS**

**CAPÍTULO 14 ..... 139**

**A REFORMA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO PROPOSTA POR SEUS PROFESSORES, ALUNOS E FUNCIONÁRIOS EM 1968**

Macioniro Celeste Filho

**DOI 10.22533/at.ed.58420190314**

**CAPÍTULO 15 ..... 152**

**A RELAÇÃO ENTRE, OS “NOVOS ENCLAVES FORTIFICADOS” NO SUBÚRBSIO CARIOCA E O MODELO DE DESENVOLVIMENTO DA CIDADE ESPETÁCULO**

Claudio Jorge da Silva Soares

**DOI 10.22533/at.ed.58420190315**

**CAPÍTULO 16 ..... 165**

**O TRATAMENTO HISTÓRICO CONCEITUAL DA COERÇÃO NA EDUCAÇÃO: PERSPECTIVAS EPISTEMOLÓGICAS DE FREUD, SKINNER E FOUCAULT**

Géssica de Souza Zuliani  
Giseli Monteiro Gagliotto

**DOI 10.22533/at.ed.58420190316**

**CAPÍTULO 17 ..... 180**

**INFÂNCIA E CONSUMO: UMA ANÁLISE DOS MODOS DE SUBJETIVAÇÃO INFANTIS NA SOCIEDADE CAPITALISTA**

Alane Delmondes Nóbrega  
Atiane Leles Magalhães  
Fernanda Letícia Sousa Lima  
Mariane Barbosa Matos  
Paulo Henrique Albuquerque do Nascimento

**DOI 10.22533/at.ed.58420190317**

**CAPÍTULO 18 ..... 187**

**O FESTEJO DAS SANTAS ALMAS BENDITAS NA COMUNIDADE QUILOMBOLA MORRO SÃO JOÃO EM SANTA ROSA DO TOCANTINS, BRASIL**

Valdir Aquino Zitzke

**DOI 10.22533/at.ed.58420190318**

**CAPÍTULO 19 ..... 197**

**PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E SOCIOBIODIVERSIDADE EM ORIXIMINÁ: QUANDO O ORDENAMENTO TERRITORIAL PRODUZ O CONFLITO**

Wilson Madeira Filho  
Wagner de Oliveira Rodrigues

**DOI 10.22533/at.ed.58420190319**

<b>CAPÍTULO 20 .....</b>	<b>213</b>
<b>VISITA TÉCNICA COMO AÇÃO CONSTRUTIVA PARA O ENSINO-APRENDIZAGEM</b>	
Valclides Kid Fernandes dos Santos	
Sandra Regina Gregório	
Nilton Paulo Ponciano	
<b>DOI 10.22533/at.ed.58420190320</b>	
<b>SOBRE O ORGANIZADOR.....</b>	<b>227</b>
<b>ÍNDICE REMISSIVO .....</b>	<b>228</b>

## A RELAÇÃO ENTRE, OS “NOVOS ENCLAVES FORTIFICADOS” NO SUBÚRBIO CARIOCA E O MODELO DE DESENVOLVIMENTO DA CIDADE ESPETÁCULO

Data de aceite: 11/03/2020

Data de submissão: 03/12/2019

### Claudio Jorge da Silva Soares

Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF) – Centro de Ciências do Homem- Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais

Campos dos Goytacazes- Rio de Janeiro

<http://lattes.cnpq.br/4047330935317980>

**RESUMO:** Este trabalho visa fomentar questionamentos quanto ao avanço de um novo modelo de moradia no subúrbio carioca. As premissas que norteiam essas indagações residem na preocupação com as alterações socioeconômicas e culturais que essas novas construções, denominadas “enclaves fortificados” podem trazer para esse contexto. Quando analisamos o território, onde estão se instalando esses empreendimentos, percebe-se que os condomínios clube se proliferam, ocupando o espaço onde, no passado, instalavam-se as fábricas do enorme complexo industrial, que era o subúrbio carioca. Com a globalização da economia, a guerra fiscal entre estados e municípios e a violência crescente no Rio de Janeiro, parte considerável dessas indústrias sucumbiram, motivadas também por outro modelo de desenvolvimento econômico, mudaram-se para outras cidades e estados,

deixando enormes vazios urbanos. A adoção de um modelo de desenvolvimento baseado nas cidades globais (COMPANS/1999), que vem sendo gestado pelas sucessivas administrações municipais, desde o primeiro Governo do prefeito César Maia em 1993, completou o trabalho de ocupação desses espaços. Destaco que esse processo é global e teve como marco Barcelona, cidade que sediou as Olimpíadas de 1992. Esse modelo de desenvolvimento vem sofrendo diversas críticas por parte de pesquisadores da questão urbana, por permitir a apropriação do espaço público pelos interesses privados. Dentre esses críticos destaca-se o geógrafo inglês David Harvey (2005), que batizou esse movimento como “Cidade Empresa”. Essa capitulação do Estado em detrimento da iniciativa privada faz surgir um novo modelo de desenvolvimento de cidades, onde, a administração pública aboliu suas preocupações com o *Welfare states* e passa a funcionar como uma empresa, preocupada em primeiro lugar em gerar lucro na relação com o mercado, estabelecendo acordos que criam “As Cidades de Exceção”, onde a iniciativa privada adquire direitos de uso e administração de parte do território, submetendo os cidadãos as suas regras (VAINER/2016).

**PALAVRAS-CHAVE:** Subúrbio, Cultura, Economia.

## THE RELATIONSHIP BETWEEN “NEW FORTIFIED ENCLAVES” IN THE CARIOCA SUBURB AND THE DEVELOPMENT MODEL OF THE CITY SPECTACLE

**ABSTRACT:** This paper aims to raise questions about the advancement of a new housing model in the carioca suburb. The premises that guide these questions lie in the concern with the socioeconomic and cultural changes that these new constructions, called “fortified enclaves” may bring to this context. When we analyze the territory, where these developments are being established, it is clear that the club condominiums proliferate, occupying the space where, in the past, the factories of the huge industrial complex, which was the suburb of Rio de Janeiro, settled. With the globalization of the economy, the fiscal war between states and municipalities and the increasing violence in Rio de Janeiro, a considerable part of these industries collapsed, motivated by another model of economic development, moved to other cities and states, leaving huge urban voids. . The adoption of a development model based on global cities (COMPANS/1999), which has been managed by successive municipal administrations since Mayor César Maia’s first government in 1993, completed the work of occupying these spaces. I point out that this process is global and was marked by Barcelona, the city that hosted the 1992 Olympics. This development model has been criticized by researchers on the urban issue, for allowing the appropriation of public space by private interests. Among these critics is the English geographer David Harvey (2005), who named this movement “Exception City”. This capitulation of the state to the detriment of private enterprise gives rise to a new model of city development, where the public administration has abolished its concerns about welfare states and now operates as a company, primarily concerned with generating profit in its relationship with the state. market, establishing agreements that create “The Cities of Exception”, where private initiative acquires rights of use and administration of part of the territory, subjecting the city to its rules (VAINER/2016).

**KEYWORDS:** Suburb, Culture, Economy.

### A CHEGADA DA FAMÍLIA IMPERIAL E AS TRANSFORMAÇÕES NA CIDADE

A cidade do Rio de Janeiro nasce com uma vocação natural para cidade espetáculo, mas com a chegada dos portugueses, essa vocação ganha outros contornos. Ela guarda uma similaridade com o processo de exploração de riquezas brasileiras por parte da Coroa Portuguesa. Nesse processo, os exploradores partiram do litoral para o interior. Com o Rio de Janeiro, a história se repete. É uma cidade em que o centro fica às margens da Baía de Guanabara (na saída para o mar) e não na região central do município. Esse centro geográfico é representado pelos bairros do subúrbio.

Segundo Fernandes (2008), no processo de ocupação da cidade pela família real em 1808, a entourage que acompanhava os monarcas representava um terço da população residente na cidade e, obviamente, mesmo com as expropriações das

melhores residências não foi possível abrigar a todos no centro da cidade. Aí nasce o processo de ocupação dos arrabaldes. Bairros como Catumbi, Rio Comprido, Tijuca, Alto da Boa Vista e São Cristóvão passam a ser ocupados pela burguesia, sem contar os bairros da Glória e Flamengo, que já nessa época contavam com alguma infraestrutura (FERNANDES/1995). Os demais bairros, que vieram a ficar conhecidos como a Região Suburbana, eram ocupados por chácaras que forneciam alimentos para a população do Centro e também para exportação.

Esse era um período em que o Rio de Janeiro era ocupado por apenas uma pequena parcela do seu território. Mais de 90% da população se concentrava no Centro da cidade (FERNANDES/2008). A crescente pressão pelas restrições do tráfico de escravos e as restrições ao escravagismo foram ampliando uma população de negros libertos, que viviam de pequenos expedientes na região central, ocupando as encostas dos primeiros morros em cortiços, que faziam a fortuna de prósperos homens de negócios portugueses, entre eles o Conde D’eu (GOMES/2008). Outro fator foi a Lei de Terras, editada em 1850, que vetava aos negros a posse de terras e que, por não exigir um uso social da terra, abre espaço para a especulação, lhe atribuindo valor de mercado (SANTOS JUNIOR/2017)

Com a Abolição da escravatura e o surgimento da Belle Époque, o Rio de Janeiro precisava se modernizar e mostrar que podia se equiparar às maiores cidades europeias. É nesse contexto que Pereira Passos comanda uma verdadeira revolução urbana na cidade, com o título “O Rio civiliza-se”. Ele baixa decretos, portarias e regimentos e aprova leis. Tudo no intuito de promover as transformações inspiradas no barão George-Eugène Haussmann (BAUDELAIRE/1987), que havia transformado o centro da capital francesa de acordo com os interesses dominantes.

Segundo o professor Nelson da Nóbrega Fernandes (1995), surge aí as primeiras intervenções desiguais, onde o poder público, com medidas fortes, promove transformações urbanísticas que privilegiam uma parte da cidade em detrimento da outra (FERNANDES/1995). Foi o que aconteceu. Pereira Passos instituiu o “bota abaixo” demolindo vilas e cortiços nas apertadas e insalubres ruas do Centro do Rio de Janeiro para que pudessem dar lugar a avenidas largas e, conseqüentemente, possibilitar um maior arejamento do Centro da cidade (AZEVEDO/2003). Entra aí também, outro componente marcante, que foi a forte campanha sanitária empreendida pelo médico Oswaldo Cruz.

As obras progrediram, mas não sem a oposição e denúncia de um dos mais célebres suburbanos: Lima Barreto, morador do bairro de Todos os Santos (próximo ao Méier), jornalista e escritor, que não se conformava com a política segregacionista que criava uma desigualdade nos investimentos públicos em infraestrutura.

Não se abre um jornal, uma revista, uma magazine, atualmente, que não topemos

logo como propostas de deslumbrantes e custosos melhoramentos e obras. São reformas suntuárias na cidade; coisas fantásticas e babilônicas, jardins de Semíramis, palácios de mil e uma noites e outras coisas semelhantes que eles propõem sejam feitas, no mais breve espaço de tempo possível. Houve um até que aventou a ideia do ministério da agricultura e prefeitura municipal construírem um Prado de corridas no Leblon, visto gastar-se tanto dinheiro em coisa inútil. É claro que [...] se o artigo fosse assinado, o seu autor merecia ser lapidado pelos miseráveis e pobres que não têm um hospital para se tratar, pelos mendigos e estropiados que não possuem asilo onde se abrigar. A função primordial dos poderes públicos, sobretudo o municipal, para o incubador de semelhante ideia, é fornecer passatempos a quem os já tem de sobra. Nesse caminho, a prefeitura deve desapropriar as “montras” da Rua do Ouvidor e da Avenida, para ampliá-las, embelezá-las, de forma a poder aumentar o número de bonecas de cera, vestidas a capricho. Tudo delira e todos nós estamos atacados de megalomania. De quando em quando, dá-nos essa moléstia e nós nos esquecemos de obras vistas, de utilidade geral e social, para pensar só nesses arremedos parisienses, nessas fachadas e ilusões cenográficas. Não há casas, entretanto, queremos arrasar o morro do castelo, tirando habitação de alguns milhares de pessoas. O mundo passa por tão profunda crise, e de tão variados aspectos, que só um cego não vê o que há nesses projetos de loucura, desafiando a miséria geral. [...] É caso de apelar para os ditados. Vão dois: cada louco com sua mania; sua alma, sua palma (BARRETO, CARETA, 28/08/1920)

É preciso salientar que Barreto não estava só nas críticas a esse modelo de desenvolvimento. Em 1872, o teórico do Marxismo Friedrich Engels, tecia críticas semelhantes às obras realizadas em Paris pelo Barão Haussman. “[...] o resultado é em toda a parte o mesmo, por mais diverso que seja o pretexto: as vielas e becos mais escandalosos desaparecem ante a grande autoglorificação da burguesia por esse êxito imediato, mas [...] ressuscitam logo, de novo, em qualquer lugar e, frequentemente na vizinhança imediata. [...] Os focos de epidemias, as mais infames cavernas e buracos em que o modo de produção capitalista encerra noite após noite os nossos operários, não são eliminados mas apenas... mudados de lugar”!

## **O TREM COMO AGENTE DO DESENVOLVIMENTO E PROPAGADOR DA OCUPAÇÃO DO SUBÚRBIO**

As famílias desalojadas do Centro da cidade passam a ocupar as encostas dos morros e os bairros do subúrbio. Nesse período, as ligações entre Centro e o subúrbio já eram feitas pelos atuais 3 ramais (Dom Pedro II, Auxiliar e Leopoldina), ferroviários que cortam o Subúrbio, dividindo os bairros em dois lados e criando com isso subdivisões econômicas dentro de um mesmo bairro ou região.

A ligação ferroviária, inclusive, exerceu uma forte influência na ocupação definitiva do subúrbio, desenhando a atual configuração dos bairros e seus usos, pois foi a partir das linhas de trem que em 1930, o Governo da Capital Federal (Antônio da Silva Prado Junior) publicou um decreto de regulamentação e uso do solo na região do subúrbio, baseado nas 3 linhas férreas existentes. Em cada intervalo entre as linhas e entre essas a montanha e o mar, coube um tipo de uso específico

(residencial, comercial, industrial e misto).

Esse decreto visava disciplinar as atividades, mas, sobretudo criar as condições necessárias para o incipiente processo de industrialização brasileiro. Nessa época, o Rio de Janeiro era o estado mais industrializado do Brasil e grande parte dessas indústrias estava instalada no subúrbio e na Zona Oeste (Companhia Progresso Industrial do *Brazil*/ Fabrica Bangu).

## **A INDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA E AS TATUAGENS NO SUBÚRBIO**

Esse processo de industrialização tardio tem a ver também com a aquisição de máquinas e equipamentos dos países centrais, ou seja, importamos o Fordismo quando ele já entrava em decadência, sendo superado pelo *Toyotismo*, modelo mais eficiente após a segunda guerra, passando a integrar um dos destinos de excedente de capital dos países centrais (HARVEY/2010). Mas ainda assim esse modelo deixou suas marcas no subúrbio. Para além do complexo industrial, essas marcas estão impressas nas vilas operárias, que resistem até hoje em bairros como: São Cristóvão, Vila Izabel, Andaraí, Manguinhos, Del Castilho, Inhaúma e uma série de outros bairros que trazem como tatuagens impressas em sua paisagem e inauguram um período de expansão de um capitalismo mais organizado e longe do provincianismo vigente na disputa burguesa caracterizada como café com leite.

Esse processo de acumulação de capital é explicitado por Marx em “O processo de produção do capital” (2013). Com ele, surgiu um movimento sindical vigoroso e por conta disso os primeiros avanços na legislação trabalhista no Governo Vargas.

O subúrbio carioca atendia todos os requisitos para a expansão do processo de industrialização: farta mão-de-obra próxima ao local de trabalho, o que facilita os deslocamentos casa- trabalho e vice versa, feito na maioria das vezes a pé ou de bicicletas, possibilitando a alimentação em casa, o que do ponto de vista do Estado de Bem Estar, é o modelo.

## **O CRESCIMENTO DA ZONA SUL INTERFERINDO NA PAISAGEM SUBURBANA**

Esse modelo de expansão industrial também serviu como polo de atração de mão de obra, oriundo de diversas regiões do país, sobretudo, do Nordeste – que chegavam à cidade em busca de trabalho na construção civil nos bairros da Zona Sul –, que crescia desde 1920 com a inauguração do Copacabana Palace e a construção do Túnel Novo (Engenheiro Coelho Cintra), mas também de outras regiões do Estado menos pujantes economicamente. Esse efeito de atratividade, aliado a um modelo crescente de remoção de pobres da Zona Sul, que cada vez mais se afirmava como lugar dos ricos e recebia a maior atenção dos investimentos

públicos, contribuiu nos anos 1930 para um crescente processo de favelização das encostas e áreas desocupadas do subúrbio.

Contudo, o Governo Vargas encontrou, através dos institutos profissionais (IAPI, IAPC, IAPETEC etc.), a solução para a construção de conjuntos habitacionais e o financiamento com baixo custo de lotes urbanos em áreas com pouco investimento em infraestrutura, evitando assim a expansão e, de alguma forma, até reduzindo o volume de algumas favelas já existentes.

## **GOVERNOS MILITAR E CIVIL: O AUTORITARISMO NA RELAÇÃO COM OS POBRES**

Só que essa política teve vida curta. Ela vigora durante o Governo Vargas, mas foi abandonada a partir de 1945 com a retomada dos governos democráticos e, conseqüentemente, foi adotado um modelo econômico mais ligado ao receituário liberal.

O golpe militar, que nasce de uma campanha anticomunista empreendida por forças conservadoras da sociedade em aliança com o capital transnacional, tem como fator determinante a oposição da elite burguesa nacional às reformas de base propostas pelo presidente João Goulart. Portanto, não vai se preocupar com o estado de bem estar da população pobre, pois estavam comprometidos, exclusivamente, com os grandes projetos de infraestrutura, ampliando as condições para o exercício do capitalismo.

E, nesse modelo, não havia espaço para o convívio com as favelas que manchavam o cenário cantado pela bossa nova na Zona Sul. É nesse contexto que surgem as remoções de favelas e os grandes conjuntos habitacionais no subúrbio como: cidade de Deus, Vila Kennedy, Dom Jaime Câmara, Cidade Alta, entre outros.

## **A POLÍTICA PÚBLICA INFLUENCIADA PELO “MITO DA MARGINALIDADE”**

Esse processo de remoção acontece em meio a muito protesto e resistência dos moradores das favelas mais visíveis, que ficavam no entorno da lagoa Rodrigo de Freitas (Favela da Ilha das Dragas, Catacumba e Praia do Pinto). Os moradores organizados pela FAFEG (Federação das Associações de Favelas do Estado da Guanabara) reclamam da falta de diálogo e autoritarismo (PERLMAN 1976). A alegação oficial era a poluição das águas causadas pelo despejo de dejetos na Lagoa.

Mas o tempo mostrou que esse argumento era falacioso, pois no lugar da favela da Catacumba surge um parque ecológico com o mesmo nome. Na favela da Ilha das Dragas, surge o Clube Piraquê (da Elite Carioca). E, no lugar da favela da

Praia do Pinto surge o conjunto Selva de Pedra e o Clube de Regatas Flamengo. Mas a resistência não foi totalmente em vão. Parte dos moradores passam a ocupar a Cruzada São Sebastião, um conjunto habitacional com 945 apartamentos no Leblon, próximo ao local da remoção, que existe até hoje. É importante ressaltar que a “Cruzada” só surgiu por interveniência de Dom Helder Câmara – então presidente da CNBB- junto ao Presidente da República Café Filho. O projeto era ambicioso e previa a erradicação das 150 favelas da cidade em 15 anos e foi pago através de financiamento aos moradores em 15 anos. Os demais moradores, aqueles que não puderam permanecer na região por falta de alternativas, se mudaram para os novos conjuntos habitacionais no subúrbio.

Esses conjuntos nascem com a marca do autoritarismo. Não há diálogo com os futuros moradores em relação ao modelo de construção e aos equipamentos públicos. O que vigora é o mesmo pensamento arrogante do MCMV (projeto Minha Casa, Minha Vida), iniciado no segundo Governo Lula e continuado por Dilma, que tinha como marca fundamental, estabelecer medidas anticíclicas na crise econômica que pudessem ter confluência com ações sociais “se é para pobre, qualquer coisa está bom”. Esse é o pensamento do empreiteiro contratado que, obviamente, é representante de um pensamento econômico que privilegia o capital.

Desse autoritarismo nascem os conjuntos sem espaçamento adequado entre as residências, o que impede a ampliação e não assegura a inviolabilidade da privacidade. Todos têm como marca a falta de serviços públicos adequados e a distância em relação ao local de trabalho de seus habitantes. Além de todos eles terem se transformado em verdadeiros enclaves urbanos, que abordaremos mais a frente.

## **A ABERTURA DEMOCRÁTICA, O NOVO PAPEL DAS GESTÕES MUNICIPAIS E O AVANÇO DA GLOBALIZAÇÃO ECONÔMICA**

Os anos 1980 são marcados pela redemocratização no Brasil. Processo que atinge o seu ápice em 1988 com a promulgação da constituição, promove um novo desenho no pacto federativo, possibilitando aos municípios uma maior participação na repartição dos recursos, assim como maiores responsabilidades na execução de políticas públicas. Os municípios passam a assumir diversas atribuições que até então eram de responsabilidade da União. Políticas públicas de saneamento, habitação, educação (ensino fundamental) e saúde (SUS) passam a residir nas preocupações dos gestores municipais, além é claro, das políticas de assistência e desenvolvimento social e trabalho e emprego que ganham um incremento com as transferências fundo-a-fundo: onde o fundo nacional transferindo para o fundo municipal, para possibilitar a execução de programas temáticos e focalizados.

Também é nos anos 1980 que o colapso dos países socialistas abre espaço para uma maior globalização da economia, e, portanto, do capital e seus modos de atuação. Em novembro de 1989, é formulado o consenso de Washington (conjunto de regras básicas de condução da macroeconomia, formulados pelo economista John Williamson). O consenso é adotado como receituário por instituições financeiras de caráter global, que atuam como instituições de fomento das economias dos países em desenvolvimento e do chamado terceiro mundo (Banco Mundial, Banco Interamericano e Fundo Monetário Internacional, entre outras instituições). Essas instituições passam a exigir acordos de adoção desse receituário, que tem caráter excessivamente liberalizante da economia. Os efeitos nocivos da adoção de tais medidas podem ser observados ainda hoje em diversas nações, onde foram desenvolvidas políticas de retração da economia com caráter recessivo.

## A PRODUÇÃO CAPITALISTA DO ESPAÇO

Essa capitulação do Estado em detrimento da iniciativa privada, faz surgir um novo modelo de desenvolvimento de cidades. As cidades empresas, onde a administração aboliu suas preocupações com o *welfare state* e passa a funcionar como uma empresa, preocupada, em primeiro lugar, em gerar lucro na relação com o mercado, estabelecendo acordos que criam “As Cidades de Exceção”, onde a iniciativa privada adquire direitos de uso e administração de parte do território, submetendo os cidadãos às suas regras (VAINER/2016). Nesse cenário, os profissionais da gestão pública que atuam na área de políticas sociais são secundarizados em função do protagonismo exercido pelo pessoal da área financeira e econômica.

Na cidade do Rio de Janeiro essa política é inaugurada com o prefeito César Maia em 1993, logo depois das olimpíadas de Barcelona, que, no âmbito mundial, é tratado como um caso de sucesso nessa política de cidades espetáculo. Esse modelo é marcado por obras monumentais e pela ação híbrida na gestão da cidade. No município do Rio de Janeiro, surgem as obras da Linha Amarela, Rio Cidade, primeiras ciclovias, Favela Bairro.

Destaco aqui, o Projeto Favela Bairro, pois ele exemplifica a desigualdade na aplicação de recursos públicos. Enquanto o “Favela Bairro” consumiu 900 milhões de dólares em 10 anos de execução e atingiu 168 comunidades, apenas duas obras do padrão cidade empresa (Cidade das Artes e Museu do Amanhã) consumiram 815 milhões de reais, o que do ponto de vista per capita mostra a distorção no investimento. Podemos também recorrer à segurança pública para demonstrar que as distorções na distribuição dos recursos não se restringem às questões urbanísticas. Enquanto o 23º BPM (Batalhão de Polícia Militar), situado no Leblon, tem um policial para cada 286 habitantes, no 9º BPM em Rocha Miranda a situação é de 1 PM para

cada grupo de 1.200 habitantes (INSP). Essa lógica se repete em quase todos os níveis de investimento público, que vai da educação até os espaços culturais.

A gestão do prefeito Eduardo Paes representou um marco nesse tipo de investimento. Com o objetivo de preparar a cidade para os mega eventos globais (Jogos Mundiais Militares, jornada Mundial da Juventude, Rock in Rio, Copa das Confederações, Copa do Mundo e Olimpíadas), o prefeito transforma a cidade em um canteiro de obras, propõe alteração nas regras de construção e de fiscalização de obras privadas, aprova o OUC (Operação Urbana Consorciada), as alterações no PEU (Plano de Estruturação Urbana), CEPACS (Certificado de Potencial Adicional de Construção), tudo com vistas a facilitar a atuação da iniciativa privada e que permitisse às PPP's (Parcerias Público Privadas) conduzir as transformações pretendidas para a cidade. E, com o discurso de recuperar a zona portuária, o prefeito se utiliza daquilo que David Harvey chama de "transformação da cultura em commodities" e refaz uma leitura de mais de dois séculos de histórias naquela região, criando com o projeto Porto Maravilha uma nova narrativa para a cidade e seus espaços territoriais de pertencimento.

## OS NOVOS ENCLAVES FORTIFICADOS

Toda a lógica empreendida pela municipalidade no capítulo anterior só vai ser possível graças às condições de estabilidade econômica do final dos anos 1990 e à pujança do início dos anos 2000, que possibilitaram o avanço do nível de urbanização em diversos bairros do subúrbio. Essa conjunção de fatores abriu espaço para a ocupação de diversos galpões e áreas urbanas existentes, fruto da recessão dos anos 1980 e início dos anos 1990 que provocaram a falência ou mudança de empresas como: Ultramar Equipamentos em Del Castilho, Curtume Carioca na Penha, Tintas Água em São Cristóvão (entre outras), pela guerra fiscal entre municípios, por novas tecnologias produtivas, pela globalização crescente, pela violência e pela ausência de uma política industrial na cidade.

As obras de urbanização, a estabilidade econômica (com crédito fácil), a adoção do projeto das UPP's (Unidade de Polícia Pacificadora), a excessiva valorização dos imóveis na zona sul, que tiveram uma variação na última década de 400% a 700% (SECOVI/RIO), a mudança nas leis que regulavam o gabarito nos bairros do subúrbio aumentando o número de unidades por metro quadrado (PEU), compuseram a conjunção de fatores necessária para a ocupação dessas áreas por condomínios residenciais, que até então estavam restritos a zona sul e oeste da cidade. Esse tipo de condomínio, que Tereza Caldeira chama de "ENCLAVES FORTIFICADOS", por conta de se caracterizarem por seu sistema de segurança, com câmeras, muros altos e vigilância interna, que provoca uma falsa sensação de segurança.

Esse modelo habitacional oferece um conjunto de serviços, o que contribui para a apartação de seus habitantes com o restante do território. Nesse sentido, contextualizar a chegada dessa população ao subúrbio, contemplando a evolução urbana na metrópole, também compõe o repertório de preocupações com esse tema, pois faz parte do entendimento, de como as transformações urbanísticas se deram na Cidade do Rio de Janeiro e suas consequências socioeconômicas, que foram derivadas da demolição de vilas e cortiços da região central da cidade, habitada majoritariamente por famílias pobres, já abordadas na obra “150 Anos de Subúrbio Carioca” (FERNANDES; OLIVEIRA, 2010).

Os autores retratam a construção do estigma existente em relação aos suburbanos, que têm seu nascedouro com a transferência dessas famílias pobres, do Centro da cidade para os bairros do subúrbio. Falam da forma truculenta como isso se deu e também indicam outro fator para o rápido povoamento da região, que foi a chegada das linhas ferroviárias, que encurtaram o tempo de deslocamento em relação ao centro e outras regiões.

As linhas ferroviárias também serviram para definir os tipos de uso do solo, a partir de decreto em 1930, que estabelece entre as três linhas qual será o uso: industrial, residencial, comercial ou misto. É a partir daí que certa “tatuagem” é impressa nos bairros do subúrbio: as casas do modelo Fordista de produção, que compõem as diversas vilas operárias que até hoje resistem em diversos bairros e marcaram de certa forma um modelo de residência. Outro traço marcante do subúrbio é a sua cultura, expressada na literatura de Lima Barreto, nas telas de Heitor dos Prazeres, na música de Cartola e muitos outros artistas.

Nestor Cancline fala da função social do patrimônio, dos bens visíveis e não visíveis, da necessidade de valorização dos bens culturais produzidos por populações locais, proporcionando maior proteção, promovendo a expansão e difusão no sentido de torná-la patrimônio. No entanto, a ação que percebemos é no sentido contrário, ou seja, é o Estado estimulando o desmantelamento daquilo que já está construído. É essa cultura que vem sendo gestada há mais de dois séculos, desde a chegada da Família Real ao Rio, e que pode sofrer alterações por conta das influências de um novo jeito de ser e viver.

A título de exemplo, o Condomínio Clube Viva Penha, construído em 2014, no terreno do antigo Curtume Carioca (complexo industrial que foi à falência nos anos 1980), em uma área de aproximadamente 40.000m<sup>2</sup>, comporta 10 blocos e cerca de 960 unidades habitacionais, dotadas de toda estrutura de um clube: lounge, salões de festas, piscinas, quadras de esporte, brinquedoteca, espaço gourmet, playground, jardim e praças, *fitnees*, clube indoor.

Em São Cristóvão, Penha, Del Castilho, Todos os Santos, Irajá, Vista Alegre, Vicente de Carvalho, Madureira, Bento Ribeiro, enfim, um conjunto de bairros, hoje

convive com os muros altos e as torres desses condomínios, que ofertam a seus moradores uma ordem de serviços que inibe a circulação pelo bairro. A interferência paisagística e o pouco diálogo com a cultura do território é outra marca desses empreendimentos. Além de certa *goumertização* estética e comportamental, que eleva o preço de produtos e serviços na região, provocando um processo de desterritorialização, ou seja, empurrando os mais pobres para outras periferias.

No caso do Subúrbio Carioca, toda tradição e história que lhe confere certo charme, podem contribuir para o seu ocaso, pois viraram fonte de cobiça da indústria imobiliária. A cultura não é monolítica e está em constante mutação, estabelecendo novos padrões estéticos, comportamentais. As tradições podem ser inventadas (HOBBSAWN; RANGER /1983), mas trata-se de uma região com uma cultura moldada ao longo de dois séculos, com uma marca estética e comportamental muito forte e que está sob risco, por conta do interesse do “mercado” em pactuação com os gestores municipais. Além disso, o que choca é perceber que as melhorias promovidas pelo poder público, estão a serviço dos interesses privados.

## **A AUSÊNCIA DE UMA POLÍTICA PÚBLICA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO POPULAR EM DIÁLOGO COM OS MOVIMENTOS QUE DISCUTEM O TEMA**

Na ausência do município, as empreiteiras assumem o papel do Estado, se apropriam do financiamento do Minha Casa, Minha Vida e constroem de acordo com seus interesses, sem levar em consideração as condições sócio espaciais adequadas, muito menos fatores urbanísticos. Por isso proliferam projetos dessa natureza na Zona Oeste (fruto da gentrificação do Subúrbio e Centro da cidade), onde ainda há um estoque de terras com custo baixo, mesmo sabendo que isso implica em ter que submeter o cidadão a horas de locomoção e a prefeitura a dotar a região de infraestrutura mínima para o desenvolvimento da região no entorno do empreendimento.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O Brasil do século XXI apresenta avanços notáveis em diversas áreas, e em muitas somos considerados *players* globais. Nosso PIB está entre o das maiores nações do mundo, assim como nosso sistema de combate à fome é elogiado e copiado por diversas nações. Mas continuamos a carregar uma chaga secular, da qual a nossa elite política ainda têm dificuldades de se livrar. Estamos entre as 10 nações mais desiguais do mundo segundo dados da PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento).

E é este traço marcante da nossa economia que impede que possamos ofertar

à população brasileira um Estado de Bem Estar e nos orgulhar de figurar entre as nações que resolveram as questões fundamentais de seu povo, entre eles a fome, educação, acesso à saúde e a habitação. “O Brasil não é um país pobre, mas um país injusto e desigual, com muitos pobres. Os elevados índices de pobreza resultam, primordialmente, da intensa desigualdade na distribuição de renda e poucas oportunidades de inclusão econômica e social” (HENRIQUES/MENDONÇA/2004).

O presente texto não tem a pretensão de esgotar o assunto, mas visa demonstrar o quanto o Subúrbio vem sofrendo com a forma preconceituosa como a sociedade carioca foi moldando-o. Assim como ocorre com o termo favela, ambos carregam uma carga pejorativa que não condiz com a realidade. Mas interfere nas políticas públicas que chegam sempre com atraso.

Em suma, também se buscou demonstrar o quão nociva é a relação entre poder público e capital privado na gestão de assuntos de estado e quanto o capital cultural do Subúrbio pode estar ameaçada por falta de uma política de desenvolvimento urbano mais cuidadosa e atenta à intersectorialidade das políticas públicas, sobretudo no combate à pobreza.

## REFERÊNCIAS

AZEVEDO, A. N. **A reforma Pereira Passos: uma tentativa de integração urbana.** In: revista Rio de Janeiro, nº 10, 2003.

BAUDELAIRE, C. **Sobre a modernidade.** São Paulo: Paz & Terra 1996.

BARROS; HENRIQUES; MENDONÇA. **Pobreza e Política Social: Cadernos Adenauer,** nº1, 2000.

CALDEIRA, T. P. **Enclaves Fortificados: a nova segregação urbana.** Revista Novos Estudos, nº 47, Cebrap. São Paulo: 1997.

COMPANS, R. **O Paradigma das Globais Cities nas Estratégias de Desenvolvimento Local.** Campinas: Revista Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos, 1999.

FERNANDES, N, da N. **O Rapto Ideológico da Categoria Subúrbio: Rio de Janeiro (1858-1945).** Rio de Janeiro: PPGG-UFRJ, 1995. Dissertação de Mestrado.

FERNANDES, N, da N; OLIVEIRA, M, P. **150 Anos de Subúrbio Carioca: Faperj, Editora UFF,** Niterói, 2008.

GOMES, L. **1808: Editora Planeta do Brasil,** São Paulo, 2007.

HARVEY, D. **A Produção Capitalista do Espaço: crise e reabilitação de espaços urbanos.** Annablume, São Paulo, 2005.

HARVEY, D. **O Enigma do Capital e as Crises do Capitalismo.** Boi Tempo Editorial, São Paulo, 2011.

HOBSBAWN, E; RANGER, T. **A Invenção das Tradições: Paz e Terra,** São Paulo, 1983.

LEITE, M, P. Da “**Metáfora da Guerra**” ao Projeto de “**Pacificação**”: favelas e políticas segurança pública no Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, V6, nº 2, Rio de Janeiro, 2012.

MACHADO DA SILVA, L. A. Quarenta anos de sociologia das Classes Populares, In: CARNEIRO, S.S.; M. J. G. (org.) **Cidade: olhares e trajetórias**. Rio de Janeiro: Geramond, 2009.

MARX, K. O Processo de Produção do Capital, In: **O Capital, crítica da Economia Política**. Editora Boi Tempo, São Paulo, 2013.

PERLMAN, J, E. **O Mito da Marginalidade, Favelas e Política no Rio de Janeiro**: Editora Paz & Terra, São Paulo, 1976.

POE, Edgar Allan. “O homem na multidão”. In: **Contos**. São Paulo: Cultrix, 1987.

SANTOS JUNIOR, Orlando Alves dos. Políticas Públicas e Direito à Cidade, **Caderno Didático**, IPEA/ Observatório da Metrópoles, Letra Capital, Rio de Janeiro, 2017.

SIMMEL, G. **El Pobre**: Ediciones Sequitur, Madrid, 2014.

VAINER, C. (UFRJ) **Cidades de Exceção**: reflexões a partir do Rio de Janeiro. Anpur, 2011.

VALLADARES, L, D, P. A Gênese da Favela Carioca: a produção anterior às ciências sociais. Rio de Janeiro: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Vol 15 nº 44, 1994.

VALLADARES, L, D, P. **A Invenção da Favela**: do mito de origem a favela.com. Rio de Janeiro FGV, 2011.

## ÍNDICE REMISSIVO

### A

Acadêmicos 23, 27, 94, 128, 132, 133, 134, 136, 137  
Adultização 180, 181, 184, 186  
Agricultura familiar 67, 68, 69, 71, 72, 73, 214, 215, 219, 225  
Alfabetização 16, 38, 39, 46, 47, 49, 50, 51, 52, 53, 135  
Aprendizagem significativa 54, 64, 66  
Avaliação 25, 26, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 41, 43, 44, 51, 52, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 100, 122, 133, 138, 147, 199

### B

Bullying escolar 96, 97

### C

Capitalismo 156, 157, 163, 175, 176, 180, 200  
Ciclo de políticas 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7  
Coerção 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 177, 178, 179  
Comissão própria de avaliação 88, 89, 90, 91, 92, 94, 95  
Comunidade 15, 43, 47, 50, 54, 63, 76, 83, 85, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 101, 105, 106, 111, 128, 129, 130, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 139, 149, 174, 187, 188, 189, 190, 192, 193, 194, 195, 206, 207, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 223, 224, 225  
Comunidades quilombolas 187  
Congos 187, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196  
Contexto socioeconômico 180, 185, 186  
Contrapoderes 75  
Coordenador pedagógico 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 114, 115, 116  
Corrupção 54, 56, 57, 59, 60, 61, 62, 63

### D

Direitos humanos 75, 85, 86

### E

Educação do campo 67, 70, 72, 73  
Ensino superior 22, 23, 25, 26, 28, 29, 31, 32, 33, 47, 88, 89, 90, 94, 95, 128, 129, 147, 150  
Escolarização 52, 70, 72, 180, 182, 183

### F

Formação continuada 11, 15, 47, 48, 51, 52, 53, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 112, 113, 114, 115, 117, 118, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 129, 131, 132, 136  
Formação de professores 27, 28, 32, 46, 47, 49, 51, 115, 121, 126, 127, 132

## G

Geografia cultural 187

## I

Indisciplina 97, 99, 100, 101, 102, 103, 113

Instrumentos avaliativos 89, 92, 93

Interdisciplinaridade 54, 66

Invenção da infância 180, 181, 182, 183, 184, 186

## J

Jornal 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 62, 63, 64, 65, 66, 77, 78, 79, 80, 85, 87, 103, 154

## L

Letramento 46, 51, 52, 53

## M

Método de pesquisa 1, 6, 224

## N

Nobert elias 97

## P

Perspectivas epistemológicas 165

Planejamento estratégico 88, 89, 90, 91, 92, 93, 197, 198, 199, 200, 201, 205, 208, 209, 210, 212, 220

Políticas educacionais 1, 2, 3, 4, 5, 6, 36, 46, 53, 72

Professores 9, 10, 11, 13, 15, 16, 18, 19, 27, 28, 31, 32, 35, 41, 42, 46, 47, 49, 50, 51, 52, 53, 55, 59, 96, 97, 98, 99, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 131, 132, 133, 134, 136, 137, 139, 140, 141, 145, 147, 148, 187, 195, 217, 218, 219, 224, 225

Professor reflexivo 117, 118, 119, 120, 121, 123, 124, 125, 126, 127

Projeto de extensão 128, 136, 137

## S

Socialização 52, 96, 97, 100, 101, 171, 172, 174, 220

## T

Tecnologias educacionais 54

Trabalho 4, 5, 18, 21, 22, 23, 24, 25, 27, 28, 31, 32, 40, 41, 46, 47, 49, 50, 51, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 88, 90, 92, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 132, 133, 135, 136, 137, 139, 141, 143, 144, 146, 147, 148, 149, 150, 152, 156, 158, 167, 172, 175, 181, 185, 187, 189, 195, 199, 212, 213, 215, 216, 221, 224, 225

Trabalho docente 24, 49, 66, 104, 106, 111, 112, 113, 114, 115, 118, 124, 127

## U

Universidade 1, 8, 9, 12, 15, 21, 24, 25, 26, 28, 32, 33, 34, 46, 47, 48, 49, 51, 52, 53, 61, 67, 73, 74, 75, 87, 88, 90, 95, 96, 99, 102, 103, 104, 115, 117, 118, 128, 129, 132, 133, 137, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 180, 181, 187, 195, 197, 207, 210, 213, 218, 227

## V

Violência 18, 40, 58, 75, 76, 77, 80, 82, 83, 86, 87, 96, 97, 101, 102, 103, 135, 152, 160

 **Atena**  
Editora

**2 0 2 0**